

Reestruturação urbano-regional amazônica e seus reflexos na produção do espaço urbano de Imperatriz-MA

The amazon regional urban restructuring and its reflections in the production of the urban area of imperatriz-MA

Jailson de Macedo Sousa

Professor Adjunto II – Universidade Estadual da Região
Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Brasil
geoparsagada@gmail.com

Beatriz Ribeiro Soares

Professora Titular – Universidade Federal de Uberlândia
PPGEO/UFU, Brasil
brsoares@ufu.br

Resumo

Neste artigo, discutimos elementos essenciais do processo de urbanização presente na região amazônica e suas implicações na dinâmica urbana de Imperatriz. As mudanças socioeconômicas, demográficas e culturais presentes nessa macro-região desde 1950, foram motivadas pelos processos de modernização regional. Teve destaque nesse cenário, a difusão das estratégias de ocupação e povoamento orientadas através dos projetos de colonização, mínero-metalúrgicos, agropecuários e atualmente o dinamismo socioeconômico assumido por algumas cidades. Ressaltamos nesse contexto, a participação da cidade de Imperatriz que localiza-se na porção oriental dessa região. Entre as décadas de 1960-1980, Imperatriz registrou notável crescimento demográfico e econômico. A partir da década de 1980, verificaram-se mudanças significativas na sua estrutural funcional, sendo orientadas pelas atividades terciárias, em particular, a consolidação da atividade comercial e o desenvolvimento dos serviços de educação superior e saúde. Do ponto de vista metodológico, as reflexões aqui realizadas foram guiadas a partir de uma análise de dados socioeconômicos organizados por órgãos oficiais. É o caso do IBGE, IMESC e Fundação João Pinheiro e ainda por uma revisão bibliográfica que destaca os significados das cidades médias no contexto da região amazônica.

Palavras-chave: Reestruturação urbano-regional; Urbanização Amazônica; Imperatriz-MA.

Abstract

In this article, we discuss essential elements of the process of urbanization present in the Amazon region and its implications in the urban dynamics of Imperatriz. The socioeconomic, demographic and cultural changes present in this macro-region since 1950, were motivated by the processes of regional modernization. In this scenario, the diffusion of occupation and settlement strategies was oriented through the colonization, mining-metallurgical, agricultural and livestock projects, and the socio-economic dynamism assumed by some cities. We emphasize in this context, the participation of the city of Imperatriz that is located in the eastern portion of that region. Between the decades of 1960-1980, Imperatriz registered a remarkable demographic and economic growth. From the 1980s, there were significant changes in its functional structure, being driven by tertiary activities, in particular, the consolidation of commercial activity and the development of higher education and health services. From the methodological point of view, the reflections carried out here were guided by an analysis of socioeconomic data organized by official bodies. This is the case of the IBGE,

IMESC and João Pinheiro Foundation, as well as a bibliographical review that highlights the meanings of medium-sized cities in the context of the Amazon region.

Keywords: Urban-regional restructuring. Amazonian Urbanization. Imperatriz-MA.

1. ARGUMENTOS INICIAIS...

A ciência como prática é visceralmente política, porque o conhecimento científico. Necessariamente estabelece o novo e exige nexos sociais e de realização, os quais são de natureza prática.
(SEABRA, 2014).

As ideias expostas neste artigo constituem em uma breve reflexão acerca de alguns dos elementos que têm singularizado o processo de urbanização difundido atualmente na Amazônia brasileira e os seus desdobramentos e implicações na produção do espaço urbano de Imperatriz.

É reconhecido por diferentes estudiosos, entre os quais cumpre mencionar: Becker (1982; 1990; 2003; 2004; 2005), Corrêa (1990; 2006); Trindade Júnior (1998; 2003; 2011) que a Amazônia brasileira tem conhecido desde a década de 1950 significativas mudanças de ordem demográfica, econômica, ambiental e cultural em suas estruturas urbanas e regional.

O quadro regional amazônico das últimas décadas nos leva a afirmar que há uma nova dinâmica da urbanização regional que a torna difusa, diversificada e complexa. Com isso, há uma mudança no padrão de organização do espaço que reflete, igualmente, em uma maior complexidade relacionada não só às formas das cidades, como também dos seus conteúdos, confirmando o processo diferenciado e complexificado de produção do espaço. (TRINDADE JÚNIOR, 2011).

Ao considerar esse contexto, o propósito central deste artigo se volta à uma interpretação dos processos de reestruturação regional presente nessa macro-região desde a década de 1950 e o seus rebatimentos na produção do espaço urbano de Imperatriz. Este caminho metodológico foi adotado em razão desta cidade encontrar-se localizada na porção oriental da Amazônia brasileira¹.

O intenso crescimento demográfico, econômico e urbano registrados nesta cidade desde 1950 tem encontrado explicações cabais em razão da implantação de vários projetos econômicos difundidos nessa macro-região, implicando em uma revalorização do espaço regional e urbano. Nesse sentido, algumas cidades foram escolhidas estrategicamente pelo Estado e capital para acolher de perto estas inovações. Este é o caso da cidade de Imperatriz.

Diante desse cenário enfatizado, expomos algumas das indagações que nortearam a construção do presente artigo. São elas:

¹ Verificar Mapa 1, página 3.

Que traços ou elementos têm singularizado a dinâmica urbano-regional delineada na Amazônia brasileira a partir da segunda metade do século XX?

Quais são os efeitos, ou seja, os desdobramentos e implicações desta reestruturação regional no atual processo de produção do espaço urbano de Imperatriz?4

Que elementos têm servido de referência para uma interpretação coerente acerca da recente dinâmica urbano-regional materializada na cidade de Imperatriz?

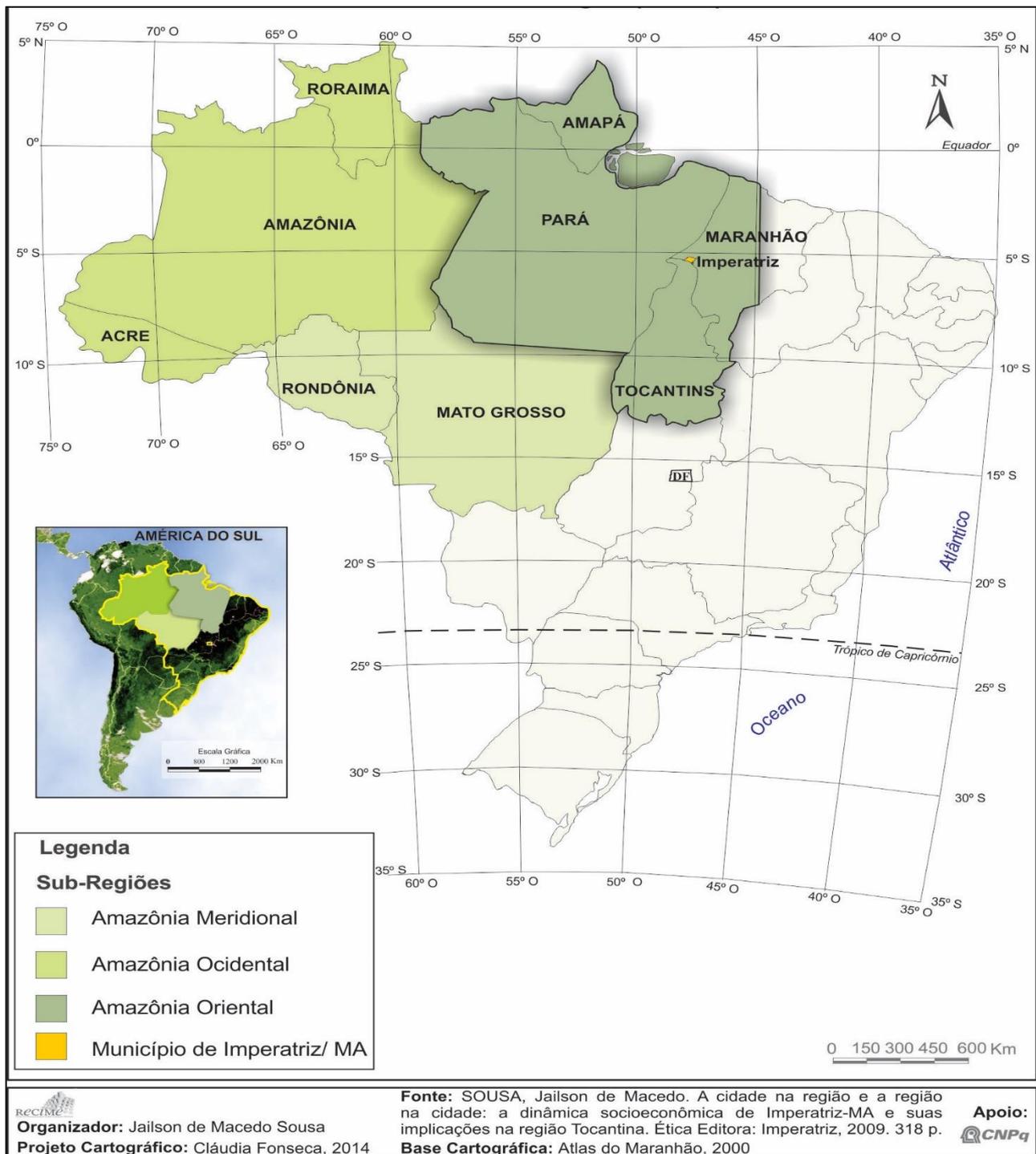


Figura 1 – Mapa de localização de Imperatriz (MA) no cenário da Amazônia Legal.

As respostas a estas indagações são complexas e expressam as particularidades que são inerentes ao processo de reestruturação regional presente na Amazônia brasileira desde 1950. De início, consideramos necessário refletir sobre o atual processo de reestruturação regional amazônica para então entendermos as suas implicações na produção do espaço urbano de Imperatriz.

Acredita-se que uma análise pautada no desenvolvimento das estratégias de ocupação e povoamento regional difundidas nessa região constitua um ponto de partida para o desvendamento das mudanças socioespaciais cristalizadas nela e, conseqüentemente, para a compreensão do atual processo de urbanização de Imperatriz. Tais estratégias são entendidas como força-motriz que induziram as mudanças estruturais materializadas nesta região. Elas impulsionaram os movimentos migratórios inter-regionais e intra-regionais, contribuindo para a formação de um mercado de trabalho e para o avanço dos processos de modernização² e urbanização regional.

2. REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL AMAZÔNICA: uma reflexão através das estratégias recentes e ocupação e povoamento

[...] as questões urbanas e regionais estão interligadas. Se torna difícil na dinâmica territorial brasileira identificar o que é peculiar à problemática urbana e o que diz respeito à problemática regional. (SOARES, 2003).

As ideias destacadas por Soares (2003) reforçam o fato de que não se pode entender uma formação urbana dissociada da sua formação regional. As dinâmicas urbanas não podem ser entendidas em suas estruturas, formas e conteúdos quando separadas das suas formações regionais. Há, um movimento dialético que une/separa/une as cidades das regiões. Conforme Soares (2003)

O entendimento entre os nexos que unem e separam a cidade da região são de difícil apreensão. Primeiro por que as questões urbanas e regionais podem se apresentar tão amalgamadas que se torna difícil perceber na dinâmica territorial, o que é particular à problemática urbana e o que diz respeito à problemática regional. Segundo, por que as dimensões urbanas e regionais podem aparecer tão estranhas umas às outras que fica quase impossível não relacioná-las. (SOARES, 2003, p. 83-84).

É através dos elos e discontinuidades que unem e separam o regional do urbano que poderemos lograr êxito nesta reflexão. Um caminho útil nesse trajeto analítico pode se dar através dos determinantes históricos que povoam a constituição do sistema urbano-regional. É necessário reconhecer nesse percurso, os processos históricos que moldaram as cidades, ou seja, as suas rugosidades, bem como as marcas atuais que estas projetam no cenário regional.

² Martins (1993); (1998); (2008) e Vainer e Araújo (1992) apresentam importantes contribuições acerca dos conteúdos e significados deste caráter modernizador imposto à região amazônica desde a década de 1950.

A Amazônia brasileira conheceu intensas transformações socioespaciais desde 1950. Estas mudanças foram concretizadas em razão dos papéis e ações desempenhados por diferentes atores. De um lado tem sido evidente a efetiva participação do Estado e do capital no comando das principais ações desenvolvidas nessa região. Trindade Júnior (2003) nesse sentido, afirma:

A partir da década de 1960 espacializou-se no território amazônico um novo padrão de ocupação territorial, comandado pelo Estado e pelos grandes projetos. Buscava-se a inserção do espaço regional à nova lógica de produção através de novas oportunidades de investimentos pautadas na política dos pólos de desenvolvimento, sendo necessário para isso, a estruturação de um ambiente geograficamente atrativo, inclusive com a implantação de novas franjas urbanas avançadas. (TRINDADE JÚNIOR, 2003, p. 136-137).

No entanto, se de um lado as ações governamentais difundiram o desejo da célere ocupação e povoamento regional, por outro lado, há que se considerar também, a presença dos sujeitos simples que sempre estiveram presentes nessa região. Desse modo, este novo padrão de ocupação territorial tem revelado intensos embates e conflitos sociais no interior da Amazônia brasileira. Esse processo de ocupação e povoamento regional amazônico contou com a presença imediata das intervenções do Estado e do capital, expressando maior visibilidade, principalmente, entre as décadas de 1960-1980. Nessa direção, Bertha Becker (1990) comenta:

A ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima após o golpe de 1964. O objetivo básico do governo militar torna-se a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimentos, sob forte controle social. A Amazônia assume nesse cenário posição-chave frente às prioridades econômicas e geopolíticas de ordem interna e externa. No plano interno, é vista como capaz de promover uma solução conjunta para os problemas de tensão social do Nordeste e para a continuidade de crescimento do centro dinâmico do Sudeste, abrindo a possibilidade de novos investimentos, recursos e mercados em tempo rápido. (BECKER, 1990, p. 12-13).

As ações governamentais comandadas pelos governos militares vislumbraram a modernização regional e todas as estratégias a ela relacionada como um caminho indispensável à superação das condições de atraso dessa macro-região e a sua inserção definitiva nos cenários produtivo nacional e mundial. Tais ações foram edificadas através do desenvolvimento das estratégias de ocupação e povoamento regional, conforme destacamos no quadro que segue.

As estratégias enfatizadas no quadro 1, integraram um conjunto de ações comandadas pelo Estado, que prontamente objetivou integrar a região amazônica aos espaços produtivos do país. Essas intervenções só foram concretizadas em face das alianças que foram estabelecidas com o capital (nacional/mundial), denotando maior visibilidade entre as décadas de 1960-1980.

Quadro 1: Estratégias recentes de ocupação e povoamento da Amazônia (1953-1988)

ANO	PROGRAMAS/PROJETOS	OBJETIVOS
1953	SPVEA – Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia	Elaborar planejamentos quinquenais visando a valorização econômica da região.
1958	Rodovia Belém-Brasília	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia oriental ao resto do país.
1960	Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364)	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia ao resto do país.
1966	SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia	Coordenar e supervisionar planos e programas no contexto regional da Amazônia.
1967	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus	Integrar a Amazônia Ocidental mediante criação de um centro industrial com a isenção de impostos.
1968	Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia – Ministério do Interior	Supervisionar os estudos referentes ao aproveitamento energético da região.
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Expansão da rede rodoviária e implantação de projetos de colonização em áreas da SUDAM/SUDENE.
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Executar estratégias de distribuição controlada de terras no país.
1974	POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia	Concentrar recursos visando o estímulo de fluxos migratórios em áreas selecionadas na Amazônia.
1980	PGC – Programa Grande Carajás	Explorar de forma integrada em grande escala, recursos minerais e agroflorestais na Amazônia.
1985	PCN – Projeto Calha Norte	Assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação de pessoas, produtos e serviços e assistir os índios.
1987	PROJETO 2010 – Ministério de Minas e Energia	Implantar uma rede hidrelétrica para incentivar o desenvolvimento industrial da região amazônica.
1988	Programa Nossa Natureza	Rever legislação a ambiental para a região e estabelecer o zoneamento agroecológico.

Fonte: Bertha Becker (1990). Organização: Jailson de Macedo Sousa (2011).

A este respeito, são úteis as contribuições fornecidas através dos estudos de Miguel Ângelo Ribeiro (1998)

As iniciativas para a integração da Amazônia à economia nacional e mundial delinearam-se, a partir de 1964, com a primeira fase dos governos do ciclo militar, cuja meta era uma política de integração e ocupação para a Amazônia, fundamentada na filosofia **integrar para não entregar**. [...] As transformações que vão ocorrer na Amazônia a partir dos anos 60 são intensificadas nos anos 70, através de forte papel do Estado, pautado numa política de ocupação e integração física atrelada ao desenvolvimento econômico, fazendo com que uma nova ordem fosse impressa à **fronteira de recursos**, baseada em diversas estratégias de longo prazo, contemplando os espaços urbanos e rurais. (RIBEIRO, 1998, p. 70-77).

A difusão dessas estratégias ocorreu nos distintos espaços dessa região, implicando em uma reestruturação dos espaços urbanos e rurais. No bojo dessas ações guiadas pelo Estado, teve destaque: a colonização pública e privada das terras. Segundo Becker (1990, p. 13) enfatiza “é o próprio governo que viabiliza ocupação de terras à frente da expansão pioneira. Para tanto, numa poderosa estratégia impõe uma malha de duplo controle técnico-político sobre o espaço existente”.

O comando técnico-político foi subsidiado graças à implantação das redes de integração espacial, em particular, a construção de redes rodoviárias que permitiram uma articulação desse subespaço com às demais regiões do país. Teve grande influência nesse processo, a construção das rodovias: Cuiabá-Santarém (BR-364), Belém-Brasília (BR-010) e ainda, os eixos transversais, como

é o caso da rodovia Perimetral e a Transamazônica. Conjugadas a estas redes rodoviárias convém salientar ainda os papéis conferidos às redes de telecomunicação e redes urbanas.

Essas ações orientadas pelos governos militares se efetivaram mediante o controle social exercido pelo Estado e capital na apropriação das terras da região. Conforme Becker (1982, p. 165) “a manipulação pela apropriação de terras foi um elemento essencial do governo federal, que criou por decretos vários territórios, sobre os quais os estados exerciam jurisdição absoluta e direito de propriedade”. Esse processo foi possível graças às alianças firmadas entre o Estado e o capital (nacional/mundial) que incentivaram a incursão de capitais diversificados, inclusive estrangeiro, objetivando a apropriação desmedida dos recursos existentes nessa região³. Resultou deste modelo de apropriação das terras: a expropriação e a violência como marcas visíveis que geraram diversos conflitos sociais no campo. A este respeito, Becker (2009) enfatiza

Subsídios ao fluxo de capitais foram atraídos para a região amazônica através de incentivos fiscais e de créditos a baixos juros, induzindo os fluxos migratórios para o povoamento e a formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com a implantação de projetos de colonização. Estas ações compuseram a agenda política de reestruturação do território amazônico. Elas foram responsáveis pela implantação de uma nova malha técnica e política nesta região. (BECKER, 2009, p. 27).

Nesse contexto, coube ao Estado a tarefa de constituir regiões atreladas à ideologia da modernização regional. Porém, estas ações ligadas à ideologia da revalorização e modernização regional não asseguraram condições de desenvolvimento à região. De um lado tornou-se perceptível a propagação de discursos desenvolvimentistas, difundindo sempre a necessidade da modernização. Do outro, estes discursos entraram em choque com os interesses das populações locais existentes na região, gerando conflitos diversificados em razão das ações planejadas não se tornarem exequíveis. Sobre esta fase de ocupação da região delineada a partir da década de 1960, Becker (2005) comenta

No caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores desencadeados pela valorização momentânea dos seus produtos no mercado externo. Em meados da década de 1960, o Estado brasileiro toma a si o comando de um novo ciclo do povoamento regional no contexto de um projeto geopolítico voltado à modernização acelerada da sociedade e do território brasileiro. (BECKER, 2005, p. 401).

A modernização é entendida nesse cenário como instrumento e condição fundamental ao desenvolvimento regional. De acordo com os discursos oficiais orientados pelo Estado, somente

³ São muitos os exemplos destas ações presentes na Amazônia brasileira. Na porção oeste do estado do Maranhão que é parte integrante da Amazônia oriental, por exemplo, podemos mencionar os estudos de caso realizados por Sousa e Almeida (2012); Sousa e Reis (2012); Sousa e Dias Filho (2012) que retratam com particularidade este processo de apropriação das terras pelo Estado e capital nesta porção da região amazônica. As ações desenvolvidas pelos agentes econômicos e políticos são pautadas na ideologia desenvolvimentista da modernização regional. No entanto, as promessas de desenvolvimento local e regional não se concretizaram.

através da implantação de elementos modernos, amparados em instrumentos técnico-produtivos é que a região poderia se integrar às demais áreas produtivas do país, especialmente, ao centro-sul.

Dito isto, cumpre indagar sobre os reais significados expressos por esta modernidade e as sucessivas modernizações que foram impostas à esta região. É necessário entender os verdadeiros sentidos que estão embutidos nos discursos produzidos pelos agentes hegemônicos representados pelo capital em razão das estreitas relações tecidas entre este ente e o Estado nesta fase de ocupação, povoamento e apropriação dessa macro-região. Os estudos organizados pelo sociólogo José de Souza Martins (2008) indicam caminhos coerentes à uma análise desses processos.

O estudo da modernidade nos países latino-americanos, como o Brasil passa pelo reconhecimento de sua anomalia e inconclusividade, embora tenha se tornado entre nós um cacete de país subdesenvolvido na era da globalização: mais se fala da modernidade do que ela efetivamente é. A modernidade não se confunde com objetos e signos do moderno, porque a eles não se restringe, nem se separa da racionalidade que criou a ética da multiplicação do capital, introduzida na vida social e na moralidade, até mesmo do homem comum, o cálculo, a ação social calculada na relação de meios e fins, a reconstituição cotidiana do sentido e da ação e sua compreensão como mediação da sociabilidade. (MARTINS, 2008, p. 17-18).

A modernização desta região só pode ser entendida em razão dos conflitos edificados entre os seus sujeitos. De um lado, há as resistências de sujeitos que vivenciam historicamente a região. Do outro, as mudanças estruturais impressas no cenário regional mediante a adoção dos signos modernos. Cabe aos pesquisadores apreenderem os interesses desses atores e as ações por eles desenvolvidas. No quadro abaixo, ressaltamos algumas das principais mudanças estruturais.

Quadro 2: Mudanças estruturais na Amazônia brasileira (1990...)

MUDANÇAS ESTRUTURAIS	IMPACTOS NEGATIVOS	CONSTRUÇÕES
CONNECTIVIDADE	Migrações e mobilidade do trabalho; Desflorestamento; Desrepeito à diversidade regional e às populações.	Acréscimo e diversificação da população; Mobilidade ascendente; Urbanização e acesso à informação.
INDUSTRIALIZAÇÃO	Grandes projetos = Economia de Enclave; Subsídios às grandes empresas; Desterritorialização e meio ambiente.	Urbanização e industrialização: Manaus, Belém, São Luís e Marabá - a segunda maior produção mineral do país.
URBANIZAÇÃO	Inchaço e problemas ambientais e sociais; Rede rural-urbana; Ausência de infraestrutura urbana = Favelização.	Desconcentração urbana; Nós de redes de circulação e informações; Iniciativas de políticas públicas.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	Conflitos ambientais e sociais; Conectividade + Mobilidade = Urbanização intensa.	Diversificação social; Formação de novas sociedades locais; Consciência coletiva e organização social – ONGs.
MALHA SOCIOAMBIENTAL	Conflitos de terra e de territorialidades; Conflitos ambientais.	Formação de Vetor Tecno-Ecológico; Demarcação de terras indígenas; Multiplicação de Unidades de Conservação.
NOVA ESCALA	Conflitos e novas construções territoriais.	Amazônia: nova região do Brasil.

Fonte: BECKER, 2003. Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2015.

São diversos os exemplos que asseveram os reais significados da modernização amazônica. Os processos expropriatórios de terras, a violência que se expressa através dos casos de grilagem de terras e mortes no campo, a desterritorialização de comunidades rurais e urbanas afetadas pela construção de usinas hidrelétricas, projetos agropecuários, minerais e industriais. Todos estes elementos ilustram com veracidade os efeitos perversos da modernização imposta à esta região.

As mudanças estruturais antes anunciadas confirmam o célere processo de reestruturação que esta região foi submetida desde a década de 1950. Tais mudanças, mais que sinalizarem para uma reorganização do espaço regional, tem implicado em danos socioambientais irreversíveis e perversos, conclamando o Estado e a sociedade a se posicionarem diante dos efeitos maliciosos causados pela modernização regional. Sobre estas mudanças estruturais, Becker (2004) ressalta

O ponto de partida para se fazer essa análise é o reconhecimento das mudanças estruturais que ocorreram na Amazônia nas últimas décadas do século XX. Todos sabem como o projeto de integração nacional e modernização dessa região acarretou em graves perversidades em termos ambientais e sociais. Mas, com sangue, suor e lágrimas deve-se também, reconhecer o que restou de positivo nesse processo, porque são elementos com os quais a região conta hoje para seu desenvolvimento. (BECKER, 2004, p. 36).

No conjunto das mudanças estruturais enfatizadas têm assumido forte notoriedade o avanço da urbanização. A celeridade desse fenômeno conforme assinalamos antes se deve às mudanças estruturais enfatizadas. Desde a década de 1960, a intensidade do ritmo de urbanização regional impressiona, sendo superior às médias da dinâmica urbana do país. Conforme Becker (2013)

Múltiplas formas de urbanização emergiram na Amazônia após os 1960, desde o crescimento explosivo de antigas cidades situadas à beira das estradas até a geração de inúmeros povoados instáveis. Eram processos de urbanização espontâneos e, nos anos 1970 dirigidos por meio do urbanismo rural, que criaram ou fortaleceram os projetos de colonização ao longo dos eixos de circulação. Como resultado, a Amazônia foi a região que registrou as maiores taxas de crescimento urbano do país, que aumentou de 35% em 1970, alcançando 72% em 2007. Esses núcleos urbanos constituíram a base logística de expansão da fronteira. Por esse intenso processo, a região tem sido denominada de **floresta urbanizada**. (BECKER, 2013, p. 33).

O ritmo crescente de participação das populações nas sedes municipais se associa às peculiaridades que envolvem a dinamização do processo de organização do espaço regional. As formas de organização do trabalho, ou seja, a intensa mobilidade promovida pelas possibilidades de emprego, as especificidades dos processos de organização social, estabelecidos através das íntimas ligações entre o campo e a cidade e a própria dinâmica social impressa nesses espaços são traços marcantes do atual movimento urbano-regional amazônico. Becker (2003) sugere alguns elementos a fim de refletirmos sobre o dinamismo da urbanização regional. No conjunto destes, ressaltamos:

- a) O ritmo acelerado da urbanização que se efetiva em razão do crescimento urbano, repercutindo na multiplicação, criação e revigoração dos núcleos urbanos existentes;
- b) Mudança na estrutura urbana e no povoamento, expressando assim, forte desconcentração urbana com a participação significativa das cidades médias;
- c) Vinculação dos valores rurais ao urbano, denotando estreitos laços entre campo e cidade;
- d) Grande variedade quanto à situação de crescimento, tamanho e estrutura dos núcleos urbanos, expressando distintos modelos ou padrões de urbanização;
- e) Carências generalizadas na oferta de equipamentos e serviços urbanos, denotando dessa forma, a intensa ausência de infra-estrutura das cidades;
- f) Presença de uma economia instável e informal, expondo às populações à dependência direta de empregos públicos, ampliando os problemas com a informalidade;
- g) As cidades, cada uma com suas especificidades, assumem papéis estratégicos no exercício de políticas públicas e na organização do espaço regional.

Diante dessas características ressaltadas sobre o atual processo de reestruturação regional amazônica, interessa refletir e compreender os desdobramentos dessas dinâmicas no município de Imperatriz que se apresenta no cenário regional como um dos principais núcleos urbanos da Amazônia oriental. Esta cidade tem conhecido de perto os efeitos dinâmicos dessas mudanças. É, justamente, sobre esses aspectos que iremos discorrer a seguir.

3. OS REFLEXOS DA URBANIZAÇÃO AMAZÔNICA NO ATUAL PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE IMPERATRIZ-MA

As cidades da Amazônia têm um papel fundamental na ocupação regional, permitindo a acumulação de capital mais por sua capacidade de coletar e se apropriar do produto excedente do que de criá-lo, atrair e ressocializar migrantes e condensar as instituições e grupos que organizam o poder.
(BECKER, 1990)

O processo de urbanização em curso na Amazônia brasileira tem fornecido distintos elementos para sua explicação. Cumpre reafirmar o papel das estratégias de ocupação e povoamento direcionadas para esta região desde os anos de 1950 e as mudanças estruturais que nela se fazem presentes. Esses projetos foram guiados por investimentos econômicos em razão da difusão de grandes projetos, contando com a mediação direta do Estado e de capitais nacionais e estrangeiros.

Destacaram-se nesse cenário, a colonização das terras, projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e energéticos. Bertha Becker (1990) ao analisar essas transformações presentes no espaço amazônico, enfatiza a urbanização como traço inerente a essa realidade. Para esta estudiosa,

A importância da urbanização como instrumento de ocupação e povoamento regional se relaciona assim a três papéis fundamentais exercidos pelos núcleos urbanos: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social, o que atribui à urbanização um novo significado, que se refere à sua dinâmica social e territorial. (BECKER, 1990, p. 52).

A atração de fluxos migratórios constituiu em uma das tarefas prioritárias adotadas pelo Estado para assegurar as frentes de trabalho⁴ e a fixação das populações nessa região.

As cidades emergiram nesse cenário, como lugares estratégicos, permitindo a intensificação dos processos migratórios. Parcelas significativas desses migrantes eram oriundos, principalmente, da região nordeste, conforme atestam os demográficos sistematizados pelo IBGE entre as décadas de 1960-1980⁵. Assim sendo, só é possível entender a recente configuração urbano-regional dessa macro-região através das relações estabelecidas entre os fluxos migratórios, a formação do mercado de trabalho regional e a urbanização desencadeada dessas dinâmicas.

O processo de urbanização presente na Amazônia brasileira é entendido como peça-chave para a organização do espaço regional, constituindo como o pano de fundo desta ocupação. Ao considerar esta perspectiva, Becker (1991, p. 44) entende que “uma fronteira urbana é a base logística para rápida ocupação da região. A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola; a fronteira já nasce urbana, tem ritmo de urbanização mais rápido que o resto do país”.

A criação, multiplicação e contínuas refuncionalizações dos núcleos urbanos da Amazônia tem se mostrado como um traço peculiar do dinamismo dessa região. A urbanização que daí emerge apresenta similitudes e diferenças, evidenciando, elementos de uma *urbanodiversidade regional*⁶. Assim sendo, é possível identificar distintos padrões da urbanização, desde a formação de núcleos urbanos influenciados pelo urbanismo rural via projetos de colonização, difundidos a partir dos anos de 1970, até mesmo à intensa participação das cidades médias e a consolidação das metrópoles (Belém e Manaus) que apresentam influências na rede urbana nacional e mundial.

O avanço da urbanização e sua materialização no cenário regional amazônico se apresenta como um dado concreto e indiscutível. Alguns estudiosos, como é o caso de Bertha Becker (2003; 2005; 2013) e Trindade Júnior (1998; 2003; 2011) têm levantado a tese da urbanização enquanto um dos principais instrumentos responsáveis pelo recente povoamento dessa macro-região, implicando em uma reestruturação do espaço urbano-regional. Conforme Becker (1990)

⁴ Lima (2008) em seu estudo aponta para a influência desses trabalhadores rurais oriundos do nordeste brasileiro no processo de ocupação do espaço urbano de Imperatriz. As frentes de trabalho oriundas do campo e as relações rural-urbanas são entendidos por esta estudiosa como elementos essenciais para caracterizar a dinâmica urbana de Imperatriz.

⁵ Sousa (2009) ao estudar as relações socioeconômicas entre a cidade de Imperatriz e a sua região de influência advoga que parcelas significativas dos migrantes são oriundos do nordeste (Piauí e Ceará) e empresários do centro-sul do país.

⁶ Expressão ou noção utilizada por Trindade Júnior (2011) para identificar e caracterizar as diferentes e plurais realidades urbanas que se fazem presentes na Amazônia brasileira.

[...] a urbanização que se apresenta na Amazônia é uma estratégia básica utilizada pelo Estado para a ocupação e o povoamento regional. A urbanização sustenta a mobilidade do trabalho, permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior. A urbanização não implica simplesmente e tão somente no aumento do número e tamanho das cidades. Ela se manifesta em duas dimensões: (a) a do espaço social; (b) a do espaço territorial. (BECKER, 1990, p. 52).

A criação e o revigoreamento dos núcleos urbanos foram estimulados pela difusão de investimentos em infra-estrutura, bens, capital e serviços sob a tutela do Estado. Essas ações asseguraram a ocupação e o povoamento da região. Segundo Becker (1990, p. 141) “O núcleo urbano é a base da organização do mercado de trabalho regional, como ponto de concentração e redistribuição da força de trabalho que está disponível, móvel e localizada em pontos estratégicos do território”. No que se refere as características do processo de urbanização que se faz presente na Amazônia brasileira, Bertha Becker (2003) ressalta que

O que chama atenção é o ritmo galopante do crescimento da população urbana a partir da década de 1960. Em 1970, a população urbana representava (35,5%) da população total; em 1980, (44,6%); em 1990, (61%). E em 2000, só na região Norte, a população urbana correspondia a (69,07%). [...] A segunda característica mais importante é a mudança na estrutura urbana e do povoamento, inclusive através da desconcentração dessa urbanização. [...] A partir de 1970, apesar do crescimento das cidades ter sido muito forte nas grandes aglomerações, a sua participação relativa se reduziu, devido ao aumento da participação relativa das cidades médias e pequenas. (BECKER, 2003, p. 654-655).

Esse ritmo crescente de participação da população urbana não ocorreu de modo homogêneo na região. A agenda política tem atuado no sentido de escolher lugares estratégicos para acolher as externalidades advindas do capital produtivo nacional e mundial. Este é o caso de alguns dos principais núcleos urbanos da amazônia oriental, especialmente, as cidades de Araguaína situada na mesorregião ocidental do estado do Tocantins. A cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste do Maranhão e a cidade de Marabá, situada no Sudeste do estado do Pará. Os dados dispostos na tabela que segue, atestam os ritmos frenéticos de crescimento urbano destas cidades.

Tabela 1: Evolução da população urbana e percentual de participação da população urbana de Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Marabá (PA) - (1970-2010)

NÚCLEOS URBANOS	População absoluta - urbana (1970-2010)					Taxa de crescimento da população urbana (1970-2010) - %			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970/80	1980/91	1991/00	2000/10
Araguaína	17.372	47.956	65.683	105.874	142.925	176,05%	36,97%	61,19%	35,00%
Imperatriz	34.709	111.818	210.051	218.673	234.547	222,16%	87,85%	4,10%	7,26%
Marabá	14.569	29.370	102.435	134.373	186.270	101,59%	248,77%	31,18%	38,62%

Fonte: Censos demográficos do IBGE: 1970; 1980; 1991; 2010.

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2015).

Os dados expostos na tabela 1 confirmam os intensos ritmos de crescimento urbano registrados nos principais núcleos urbanos da Amazônia oriental, quais sejam: Araguaína, Imperatriz e Marabá, sendo inclusive superiores às médias obtidas na realidade urbana nacional. Nesse conjunto, a cidade de Imperatriz teve maior destaque entre as décadas de 1970-1980, registrando notável crescimento urbano de 222,16%. Estes números são seguidos pela cidade de Araguaína que registrou no mesmo período, crescimento urbano de 176,05%. Já a cidade de Marabá, contou neste mesmo período com crescimento urbano de 101,59%.

Esses dados indicados asseveram a tese levantada pela geógrafa Bertha Becker (2013) que enfatiza a *urbanização* como um dos aspectos peculiares no conjunto das dinâmicas que têm promovido a reestruturação regional amazônica. Eles também confirmam a intensa participação das cidades médias⁷ no interior da dinâmica urbana amazônica. Essas cidades, passaram desde a década de 1970, a desenvolver relevantes papéis e funções no cenário regional. Este fato é explicado em razão dos processos de desconcentração econômica e demográfica ocorridos nessa região.

A instalação, multiplicação e revigoração dos centros locais e das cidades médias se impuseram como traços característicos do atual processo de urbanização brasileiro, também se refletindo na região amazônica. A forte participação das cidades médias no interior da urbanização amazônica, apesar de mostrar semelhanças também revela diferenças, exigindo dos pesquisadores coerência em suas análises. Alguns dos elementos que permitem entender estas diferenças podem ser elucidados em face dos distintos ritmos, à natureza e os padrões da urbanização regional.

A escolha de espaços seletivos, compreendidos como espaços polarizadores, destinados à exploração dos recursos naturais no interior da região amazônica, ou seja, fora da órbita das metrópoles de Belém e Manaus se apresentou como um fator decisivo para a forte participação das cidades médias no contexto da urbanização regional. Esta participação se intensificou a partir de 1980 na Amazônia oriental, expressando segundo Trindade Júnior (1998) que

Com a nova dinâmica regional na Amazônia Oriental, vamos perceber que a participação econômica de Belém vem se alterando gradativamente. Isto tem sido interpretado como um processo de perda de importância de Belém em face à expansão da fronteira econômica no interior e ao crescimento de pequenas e médias cidades fora da sua órbita. (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 74).

Nesse cenário, cabe aos pesquisadores reconhecer as funções e papéis exercidos por cidades como Marabá no sudeste paraense, vinculada à extração de recursos minerais, bem como a cidade de Araguaína, localizada no estado do Tocantins, cuja dinâmica urbana foi motivada pela difusão da

⁷ Soares (1999); Corrêa (2007) Sposito (2001) e Sposito et. al. (2007), dedicando-se a mais de três décadas de estudos, têm sinalizado para importantes instrumentos e critérios teórico-metodológicos que têm servido de referência para qualificar e caracterizar esses espaços (*cidades médias*) no contexto da dinâmica urbana brasileira.

agropecuária e ainda, a cidade Imperatriz, localizada no sudoeste maranhense, que intensificou o seu processo de urbanização a partir de 1960 em face da difusão de distintas atividades econômicas.

No caso específico de Imperatriz, observa-se desde a década de 1980, que esta cidade tem tido destaque socioeconômico no cenário regional Sulmaranhense em razão da difusão de atividades terciárias, sobretudo, a oferta dos serviços ligados à educação superior e de saúde. Estes fatos são confirmados em função da ampliação do número de instituições de ensino superior e cursos técnicos em diversas áreas e ainda, em razão do aumento considerável do número de clínicas especializadas e hospitais, denotando um aumento relevante na oferta dos serviços deste segmento.

Outro elemento do dinamismo demográfico presente nas cidades enfatizadas diz respeito à forte participação das atividades terciárias. Trata-se de uma característica que é peculiar à realidade urbana brasileira, também projetada na realidade amazônica. Destarte, entendemos que há estreitos vínculos entre a urbanização e a terciarização. Nessa direção, Sposito et. al. (2007) ponderam

A concentração econômica no terciário, observada em alguns ramos do setor, desde a década de 1980, promoveu a expansão territorial e a multiplicação das redes de estabelecimentos comerciais e de serviços, gerando, nesse caso, na realidade urbana territorial do país, processos de descentralização espacial dos capitais comerciais e de serviços de grande porte, que passaram a abranger a maior parte do território brasileiro. (SPÓSITO, et. al, 2007, p. 56).

Esta influência do setor terciário também é notória em Imperatriz. Desde 1980, esta cidade tem ocupado lugar de relevo no cenário econômico estadual em razão da participação dessas atividades. No ano de 2014, por exemplo, Imperatriz registrou conforme o IMESC⁸ (2015), participação de 7,55% no conjunto do PIB estadual. Trata-se do segundo maior PIB maranhense, perdendo apenas para a capital São Luís, que contou nesse período com participação de 34,26%.

Ainda relacionados a estes dados, pode-se inferir que Imperatriz contou no ano de 2014 com a seguinte composição do PIB municipal. O setor primário registrou participação de 0,7%. Já o setor secundário contou com participação de 23,8%. O segmento terciário, inseriu-se nesse contexto como o mais importante, respondendo por 75,5% do PIB desse município. Diante dessa importância assumida pelo segmento terciário na cidade de Imperatriz é que buscamos refletir neste artigo sobre algumas das características que singularizaram o processo de urbanização presente nesta cidade.

⁸ O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico – IMESC é o órgão responsável pela sistematização de dados estatísticos, econômicos e demográficos do estado do Maranhão. Este órgão tem utilizado como referências os estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e os seus procedimentos metodológicos no que tange aos cálculos relativos à composição e dinamismo do produto interno bruto municipal - PIB. (IMESC, 2015).

4. SINGULARIDADES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE IMPERATRIZ

O município de Imperatriz teve a sua instalação no final do século XIX, ou seja, no ano de 1852, tendo como principais motivações, as determinações de ordem político-administrativa e religiosa. De acordo com as informações obtidas na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, sistematizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1957)

Em 1850 havia dúvida e litígio a respeito das províncias do Pará e Maranhão e inteiramente desconhecida era a zona em que os limites interprovinciais deviam ser traçados. O presidente do Pará, conselheiro Francisco Coelho, mandou em 1851, edificar uma vila em território do Pará, próximo ao limite com o Maranhão, encarregando dessa missão, o reverendíssimo **Frei Manoel Procópio do Coração de Maria**, natural do estado da Bahia. Na sua função, o capuchinho subiu o Tocantins até a disjunção do Araguaia, continuando pelo braço oriental, deparou-se com um campinho de forma oval encimado num monte de areia de formação fluvial, alteado entre o rio e as charnecas rodeadas de buritiranas. (IBGE, 1957, p. 194).

A ocupação e povoamento efetivos da cidade de Imperatriz só adquiriu expressão após a década de 1950, sendo influenciada pela construção da rodovia Belém-Brasília e pela difusão dos ciclos econômicos, em particular, o ciclo agrícola do arroz (1950-1960), o ciclo madeireiro (1960-1970), do ouro no sul do Pará (1978-1985) e atualmente orientado pelas atividades terciárias.

A construção da rodovia Belém-Brasília é entendida nesse contexto como um marco essencial que permitiu as ligações desta cidade às demais regiões do país. É a partir da década de 1950 que se registra a transição do *caminho das águas* antes exercido por meio da influência do rio Tocantins para a edificação dos caminhos modernos, guiados pela rodovia. (SOUSA, 2005).

Associado aos papéis desempenhados pela rodovia Belém-Brasília é necessário considerar ainda, a reorganização das atividades econômicas presentes nesta cidade, sobretudo, em função da influência da economia ciclótica⁹ e do desenvolvimento dos projetos econômicos que foram direcionados para a Amazônia oriental brasileira desde 1950. Destarte, este processo de reestruturação regional, apresentou repercussões imediatas na reorganização do espaço urbano de Imperatriz. No bojo destas transformações, algumas têm contribuído significativamente para caracterizar a dinâmica da urbanização que vem se processando nesta cidade, tendo destaque:

- a) O ritmo acelerado e desordenado do crescimento urbano, sobretudo, no período compreendido entre as décadas de 1950-1980;
- b) A íntima relação da cidade aos valores socioculturais constituídos de início no campo;
- c) As carências generalizadas em equipamentos e infra-estrutura urbana.

⁹ É bastante expressiva a influência do ciclo agrícola do arroz difundido entre as décadas de 1950-1960. Entre as décadas de 1960-1970 é notória a exploração do ciclo madeireiro. Desde o final da década de 1970 até meados da década de 1980, consolidou-se o ciclo aurífero no sul do estado do Pará, trazendo implicações para a reorganização econômica da cidade de Imperatriz, uma vez que o comércio desta cidade serviu de suporte à esta região mineradora. (FRANKLIN, 2008).

É com base nessas características que propomos um diálogo sobre as particularidades da urbanização que se processa em Imperatriz. Para tanto, destacamos de início, alguns dados relativos à evolução demográfica desse município no período correspondente às décadas de 1950-2010.

Tabela 2: Imperatriz – MA - Evolução da população total e Percentual de crescimento das populações urbana e rural - (1950-2010) - %

ANO	Total	População Urbana	População Rural	População Urbana (%)	População Rural (%)	Crescimento Anual (%)	
1950	14.064	1.630	12.434	11,59	88,41	1950-60	10,79
1960	39.169	8.987	30.182	22,94	77,06		
1970	80.722	34.709	46.013	44,00	56,00	1960-70	7,50
1980	220.469	111.818	108.651	50,72	49,28	1970-80	10,57
1991	276.440	209.970	66.470	75,95	24,05	1980-91	2,08
2000	230.450	218.550	11.895	94,84	5,16	1991-00	0,50
2010	247.553	234.671	12.882	94,80	5,20	2000-10	0,71

Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2013.

Os dados enfatizados na tabela 2, asseveram que o crescimento demográfico registrado no município de Imperatriz entre as décadas de 1950-1980 foi bastante acentuado. Este foi o período em que as transformações econômicas e demográficas se impuseram com maior vitalidade nesta cidade. Foi também o momento em que ocorreu uma convergência na difusão das atividades ciclótímicas que favoreceram a polarização desta cidade no cenário regional Sulmaranhense.

Cabe ressaltar que este crescimento foi bastante expressivo, principalmente, na sede municipal, ou seja, na área urbana. Observa-se diante desses dados, que na década de 1950, a população total do município contabilizou 14.064 habitantes. Destes, 12.434 residiam em áreas rurais e 1.630 habitantes se concentravam na sede municipal. Dito isto, é possível inferir que 11,59% da população total residia na área urbana e 88,41% em áreas rurais.

Este quadro apresentado se alterou significativamente nas décadas posteriores, denotando o avanço crescente do processo de urbanização desta cidade. Nota-se, por exemplo, que a população total do município na década de 1980 equivaleu a 220.469 habitantes. Destes, 111.818 estavam concentrados na área urbana. Já a população residente em áreas rurais correspondeu no mesmo período a 108.651 habitantes. Destarte, entendemos que a população urbana equivaleu a 50,72%. Já a população domiciliada em áreas rurais correspondeu nesse período a 49,28%. Trata-se de um crescimento bastante expressivo que irá refletir em diversos problemas sociais no meio urbano, em razão das ações de planejamento não acompanharem o crescimento populacional na cidade.

Estes dados também coadunam com as contribuições fornecidas por meio dos estudos realizados por Valverde e Dias (1967, p. 473) que ao refletirem sobre o crescimento urbano de Imperatriz nesse período entendem que de um “burgo acanhado, há duas décadas atrás, em que as

casas se distribuíam em duas ou três ruas principais, paralelas às barrancas do rio Tocantins, Imperatriz cresceu a partir da década 1950 num ritmo espetacular e sem precedentes”.

O crescimento da cidade, em suma desordenado, fruto de ocupações espontâneas, motivadas por ações governamentais, revela os conteúdos de um padrão de urbanização que em sua essência também é peculiar à realidade amazônica e brasileira, sendo caracterizado primordialmente pela produção de cidades segmentadas e desiguais. Ao considerar este padrão da urbanização que é inerente à realidade das cidades amazônicas, onde se inclui a cidade de Imperatriz, são importantes as contribuições fornecidas por meio dos estudos de Sousa (2013)

De modo geral, observamos que o crescimento demográfico e urbano de Imperatriz tem se apresentado bastante expressivo, a exemplo de outras cidades da Amazônia, onde os ritmos de crescimento das populações urbanas têm sido frenéticos. O crescimento urbano desordenado sem a presença do planejamento urbano tem revelado graves problemas sociais no tecido urbano dessas cidades, não sendo diferente na realidade de Imperatriz, uma vez que esse espaço tem se caracterizado pela ausência de equipamentos urbanos e de planejamento. Em Imperatriz, é notório em sua estrutura urbana, as ruas sem pavimentação, a ausência da rede de drenagem e esgotos a céu aberto. Há, também, o descaso e poucos cuidados das gestões públicas e das populações com a cidade. (SOUSA, 2013, p. 72-73).

A ausência do poder público na difusão de ações de planejamento urbano constitui um dado concreto da realidade urbana amazônica que também se projeta para a realidade de Imperatriz, uma vez que esta cidade expressa em sua estrutura urbana carências generalizadas relacionadas à oferta de equipamentos e serviços urbanos. Ao considerar estes aspectos, Becker (2005) ressalta

A especificidade da urbanização regional amazônica diz respeito às carências que permitam ao cidadão condições de vida digna. Indicadores de oferta de infra-estrutura urbana, condições de habitabilidade urbana e o atendimento à saúde adequados expressam tal generalização e carência, apresentando um padrão convergente em nível regional. As condições mais satisfatórias são encontradas nas capitais estaduais, nas cidades ligadas aos grandes projetos e em lugares onde se registra a atuação da grande empresa agroindustrial, apesar da presença concomitante de bolsões de pobreza. (BECKER, 2005, p. 409).

Diante desse quadro, compete aos pesquisadores indagar sobre os papéis das gestões públicas na condução dessas cidades, uma vez que a ineficiência e má gestão constituem em marcas inerentes a esse processo. Ainda relacionados aos dados da tabela 2, verificou-se que o crescimento demográfico registrado em Imperatriz declinou a partir de 1980. Este fato se deve à distintos fatores, cabendo destacar: os processos de fragmentação territorial ocorridos na região sudoeste, onde se insere a cidade de Imperatriz. Esta sub-região é reconhecida no cenário estadual como uma das áreas que mais cedeu território. Os dados dispostos na tabela abaixo atestam este fato.

Tabela 3: Imperatriz - Fragmentação do território do município (1981-2010)

Municípios Emancipados	Ano de Instalação	Área Km ²	População Total	População Urbana	População Rural
Açailândia	1981	5.838,8	104.047	78.237	25.810
Cidelândia	1997	1.464,4	13.681	6.036	7.645
Davinópolis	1997	338,6	12.579	10.487	2.092
Governador Edison Lobão	1997	617,3	15.595	6.657	8.938
São Francisco do Brejão	1997	749,8	10.261	4.836	5.425
São Pedro da Água Branca	1997	723,8	12.028	10.712	1.316
Vila Nova dos Martírios	1997	1.194,9	11.258	6.188	5.070
Total de municípios emancipados	07	10.927,6	179.449	123.153	56.296

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Organização: SOUSA, 2015.

A celeridade do processo de urbanização de Imperatriz deve levar em conta os processos de fragmentação territorial ocorridos nesta cidade desde a década de 1950. Conforme os dados expostos na tabela 3, reconhecemos que estes processos se intensificaram a partir da década de 1980, sendo bastante expressivos na década de 1990, assim como ocorrido no cenário nacional.

Com isto, é possível inferir que o município de Imperatriz perdeu parte significativa do seu território e de sua população entre as décadas de 1980-2000. A área total cedida para a constituição de novos municípios após os anos de 1980 equivaleu a 10.927,6 km². Já o quantitativo populacional cedido por este município, alcançou 179.449 habitantes nesse período. Estes dados asseveram as perdas territoriais e populacionais deste município no período supracitado.

Outro elemento que merece atenção nesse percurso analítico relacionado aos processos de fragmentação territorial ocorrido na região sudoeste maranhense e, em particular, no município de Imperatriz diz respeito às relações de dependência econômica exercida entre os núcleos urbanos desta microrregião, uma vez que grande parte dos municípios emancipados nasceram fragilizados, dependendo econômica e socialmente de municípios maiores. Nessa direção, Sousa (2015) enfatiza:

Este fato fica evidenciado a partir da observação dos processos de fragmentação territorial ocorridos na porção sudoeste do Maranhão. Dos sete municípios emancipados após a década de 1990, nenhum apresenta população total superior a 20.000 habitantes. Suas bases econômicas são extremamente frágeis e dependentes, principalmente, do segmento dos serviços públicos (prefeitura municipal), das atividades comerciais e dos serviços urbanos que são ofertados nos núcleos urbanos de porte populacional e econômico superiores da região, em particular, os municípios de **Açailândia e Imperatriz**. Este fato coloca em relevo a necessidade de se refletir sobre o papel das políticas públicas nos processos de gestão e ordenamento territorial destas cidades. (SOUSA, 2015, p. 187).

Outra característica intrínseca à urbanização amazônica que também se projeta para a cidade de Imperatriz, diz respeito à íntima relação entre o campo e à cidade. Conforme Becker (2003)

Uma característica, que é uma das especificidades maiores da urbanização amazônica, é a **íntima relação cidade-campo**, decorrente, da forte mobilidade da população, que antes era atraída para a região, em busca de terras e de emprego, não sendo absorvida, gira como 'peão' na região, buscando novas frentes de trabalho, trabalhando no campo e residindo nas cidades.

Essa relação cidade-campo forma uma rede rural-urbana com núcleos urbanos que se assemelham a grandes favelões precários, participando da rede de circulação, mercadorias, serviços e de informações. (BECKER, 2003, p. 655).

As particularidades socioeconômicas e culturais antes vivenciadas no campo foram, paulatinamente, sendo transferidas para as cidades. Os trabalhadores rurais, fazendeiros, lavradores e pequenos produtores de terras, mesmo vivendo na cidade não extinguiram os valores construídos no campo. Rosirene Lima (2008, p. 26) em seu estudo sobre a urbanização de Imperatriz ressalta a importância de entendermos as “imbricações destas situações tidas como rurais e urbanas na cidade de Imperatriz”. Trata-se de reconhecer e entender as condições híbridas onde são amalgamadas as situações inerentes do meio rural com aquelas que passaram a ser vivenciadas nas cidades.

Tais situações puderam ser percebidas e apreendidas através de entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas com as populações residentes na área urbana de Imperatriz. Realizamos um total de trinta (30) entrevistas no mês de agosto de 2014¹⁰, das quais destacamos algumas para retratar este dinamismo. Buscamos indagar os sujeitos residentes na área urbana de Imperatriz acerca das relações e sentimentos de afetividade com o lugar. Também procuramos compreender se estes valores construídos na cidade expressam algum vínculo com os hábitos culturais cultivados no campo.

Eu moro aqui há 29 anos. A gente morava antes num interiorzim aqui do Maranhão. No meu registro de nascimento tá citado Andirobal dos Crentes, mais o nome do povoado eu num me lembro não. Olha, eu gosto de morar aqui. Eu tanto gosto como vejo a maioria das pessoas que tem casa própria e que mora aqui perto do centro dizer que jamais ia morar em outro lugar, por que nós estamos perto de tudo. Só pra te dar uma ideia, nós moramos tão perto do centro que se a gente quiser ir bem aí no Paraíba, a gente pode até deixar um arroz enxugando e quando a gente volta aqui pra casa o arroz já tá no ponto. (Entrevistada 1. Dona de casa residente no bairro Centro de Imperatriz).

Eu gosto de morar aqui por que tem todas as condições pra gente sobreviver. Se a gente quer uma abóbora é só ir aí no cercado. Se quer um peixe tem aí no rio. Nós chegamos aqui tem mais de 25 anos. Nossa família veio lá do Goiás, depois do Axixá que agora é Tocantins. Nós vive das hortazinha que pranta, dos pés de quiabo e maxixe que tem no cercado, por isso que aqui é bom pra morar. (Entrevistada 2. Dona de casa residente no bairro da Caema).

Eu moro aqui tem mais de 30 anos, meus pais vieram do interior do Piauí, perto de Piripiri. Eles trabalharam aqui no começo com a lavoura do arroz que era muito grande. Hoje as coisa mudou demais. A gente ainda trabalha com hortas, prantando verduras que são vendidas aí no mercadinho. Essas vendas é que dão o nosso sustento. Só que as coisas aqui tão mudando. A cidade cresceu muito. Antes a gente vivia melhor. (Entrevistada 3. Comerciante residente no bairro Juçara na área central de Imperatriz).

Nossa família mora aqui tem mais de 30 anos. A gente veio pra cá foi depois de 1973. A gente gosta de morar aqui por que já está mesmo é acostumado. Mais Imperatriz cresceu muito. E hoje o que assusta muito é a violência. Mais a vida aqui em Imperatriz é boa pra nós. O nosso comércio tem tudo que a gente precisa pra sobreviver. A gente também não tem assim uma saúde muito boa não. Os posto de saúde não atende direito. Mais sempre que a gente precisa de algum remédio e de consulta, nós procura ser atendida ali no Postinho da Nova

¹⁰ Tratam-se dos excertos de algumas das trinta (30) entrevistas que foram realizadas com as populações residentes na área urbana do município de Imperatriz com vistas de compreender as relações rural-urbanas impressas nesta cidade.

Imperatriz. (Entrevistada 4. Dona de casa residente no bairro Nova Imperatriz, localizado na área central de Imperatriz).

As entrevistas retratam com clareza a íntima relação da população residente na cidade com os valores sociais construídos no campo. Mesmo estando na cidade, ligados às atividades que são inerentes ao meio urbano, estas populações cultivam os valores rurais. Com isto, tem ocorrido uma preservação desses hábitos que são típicos do meio rural. Estas relações apesar de se alterarem em face do avanço do processo de urbanização não aniquilam os valores culturais edificados no campo.

Ainda considerando as particularidades da urbanização amazônica e suas projeções na cidade de Imperatriz, destacamos às carências generalizadas na oferta de infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos. Parcelas significativas das populações de Imperatriz são desprovidas e desassistidas de condições dignas de habitabilidade. Nesse cenário, temos como exemplo, a ausência de água encanada, saneamento básico e energia elétrica. A esse respeito, Becker (2005) expõe

A ausência de infra-estrutura e serviços nas cidades é também uma especificidade da urbanização regional amazônica, na medida em que é comum a grande parte de suas cidades. A especificidade regional advém, justamente, da generalização e do elevado grau de carência, decorrentes da rapidez da urbanização e da imigração, que tornam as cidades incapazes de atender à massa da população urbana. (BECKER, 2005, p. 409).

As imagens destacadas abaixo revelam, em grande medida, os conteúdos da urbanização amazônica, constituindo também como um traço característico da urbanização de Imperatriz.

Foto 1: Imperatriz-MA - Bairro Parque do Buriti
Ausência de infra-estrutura urbana



Autor: Jailson de Macedo Sousa, 2015.

Foto 2: Imperatriz-MA - Bairro Bacuri
Ausência de infra-estrutura urbana



Autor: Jailson de Macedo Sousa, 2015.

Estas cidades atestam de forma preocupante a ausência de equipamentos e serviços urbanos. Tais problemas se revelam através da disposição inadequada dos resíduos sólidos, esgotos a céu aberto e ruas sem pavimentação e drenagem. Estes são alguns dos sintomas que confirmam os

significados da urbanização presente em Imperatriz. O quadro abaixo retrata esta realidade ao expor as carências na oferta de equipamentos urbanos nos municípios da microrregião de Imperatriz.

Quadro 3: Microrregião de Imperatriz: acesso aos equipamentos e serviços urbanos água encanada, energia elétrica e coleta de lixo (2000-2010)

Espacialidades ou Municípios	% domicílios com banheiro e água encanada 2000	% domicílios com banheiro e água encanada 2010	% de domicílios com coleta de lixo 2000	% da domicílios com coleta de lixo 2010	% da domicílios com energia elétrica 2000	% da domicílios com energia elétrica 2010
Açailândia	34,70	75,02	74,52	93,33	94,58	99,34
Amarante do Maranhão	10,26	33,80	41,63	92,71	56,87	85,79
Buritirana	3,87	32,88	49,40	67,41	80,96	97,38
Cidelândia	19,97	53,56	45,12	80,33	80,90	98,29
Davinópolis	16,20	60,87	0,28	41,02	96,10	98,53
Governador Edison Lobão	25,13	63,19	68,36	91,90	86,91	96,65
Imperatriz	65,77	87,48	89,35	95,34	99,25	99,90
Itinga do Maranhão	24,45	61,58	77,14	96,82	89,79	97,88
João Lisboa	24,27	62,15	48,34	67,10	88,80	99,79
Lajeado Novo	12,90	47,77	60,46	90,51	48,40	80,54
Montes Altos	11,73	38,71	47,21	81,06	57,49	87,07
Ribamar Fiquene	14,06	55,60	49,68	88,70	77,55	98,03
São Francisco do Brejão	18,65	43,40	61,77	95,19	88,21	99,56
São Pedro da Água Branca	12,55	49,29	25,32	78,11	88,88	97,50
Senador La Rocque	9,08	47,20	68,34	79,51	87,67	99,30
Brasil	76,72	87,16	91,12	97,02	93,46	98,58

Fonte: Atlas do Desenvolvimento do Brasil (2013).

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2015).

Os dados dispostos no quadro 3 expõem a configuração da oferta de equipamentos e serviços urbanos nos municípios da microrregião de Imperatriz entre as décadas de 2000 a 2010.

Enfatizou-se, nesse cenário, a evolução na oferta dos serviços urbanos, em particular, o percentual de domicílios que dispõem de banheiro e água encanada, coleta de lixo e energia elétrica. Diante desse cenário exposto, entendemos que parcelas significativas das populações da microrregião de Imperatriz são desprovidas desses serviços, uma vez que na maioria dos casos, a oferta deles é precária e não contempla as necessidades das populações em sua totalidade.

Estes fatos confirmam a tese da generalização das carências na oferta de equipamentos e serviços urbanos em cidades amazônicas, não sendo diferente em Imperatriz. A exemplo do que vem ocorrendo nas demais cidades desta macro-região, a criação de novos municípios se acentuou na microrregião de Imperatriz, implicando na necessidade de cuidados adequados com esta expansão. Este fato tem exigido do poder público em suas distintas esferas mais atenção em relação à implantação de equipamentos e serviços urbanos.

Embora seja perceptível uma melhoria na oferta desses equipamentos e serviços urbanos na microrregião de Imperatriz, de modo geral, muitas das cidades ainda padecem com a ausência de

infraestrutura urbana adequada. Este é o caso do município de Buritirana que ilustra com vitalidade as referidas carências. No ano de 2000, por exemplo, apenas 3,87% dos seus domicílios dispunham de banheiro e água encanada. No ano de 2010, é possível observar melhorias significativas nesse quadro, uma vez 32,88% desses domicílios passaram a dispor dos referidos equipamentos.

Outro problema visível que se apresenta nesse contexto diz respeito à precariedade na coleta de lixo e tratamento adequado dos resíduos sólidos. Conforme os dados expostos no quadro 3, a situação apresentada no município de Davinópolis é preocupante. No ano de 2000, observou-se que apenas 0,28% dos domicílios deste município foram contemplados com coleta regular do lixo. No ano de 2010, esta situação melhorou bastante, uma vez que 41,02% das populações residentes nos domicílios deste município passaram a contar com a oferta destes serviços.

Vale destacar que no conjunto dos municípios da microrregião de Imperatriz, apenas Açailândia e Imperatriz apresentaram indicadores sociais satisfatórios, uma vez que os serviços e equipamentos urbanos ofertados nesses municípios têm alcançado parcelas expressivas de suas populações. No entanto, é preciso reconhecer uma tendência ainda inquietante nesse cenário, uma vez que a qualidade na oferta dos serviços urbanos, particularmente, nos municípios de pequeno porte populacional ainda se apresenta como elemento distante das reais necessidades dos cidadãos.

Esses dados indicados no quadro 3 evidenciam cenários sociais e ambientais preocupantes, uma vez que as gestões públicas e a sociedade têm demonstrado parcas atenções e cuidados em relação aos problemas socioambientais materializados nestas cidades.

A dimensão política, emerge nesse contexto, como uma questão de relevo, uma vez que julga-se necessário a adoção de medidas de gerenciamento do espaço urbano, advogando à favor do planejamento e da execução de ações pautadas no uso sustentável desses espaços.

Desse modo, compete à sociedade de maneira em geral, refletir sobre os problemas sociais e ambientais que afetam a vida urbana. A sociedade é co-participante nesse processo de gestão do espaço urbano. Compete à esta, realizar cobranças e fiscalizar junto aos poderes públicos constituídos suas execuções, a fim de dirimir estes problemas que se fazem presentes no meio urbano. O ordenamento e o equilíbrio social das/nas cidades só será um fato concreto, mediante as intervenções da sociedade, ou seja, a partir da participação dos cidadãos.

A busca pela equidade e justiça social das cidades só terá repercussões positivas no meio urbano se contar com a participação ativa dos cidadãos. Vislumbrar espaços saudáveis e que denotem qualidade de vida, implica em uma participação direta dos cidadãos. Suas tarefas deverão se voltar à construção de proposições que vislumbrem o equilíbrio e a coesão social do espaço urbano. Constitui um papel do cidadão e da sociedade a participação ativa nos processos de gestão pública da cidade, a fim de que seja assegurada a esta melhor qualidade de vida. Nessa direção, Becker (2005) ao refletir sobre esta problemática na realidade urbana amazônica adverte

As cidades são condição para quaisquer iniciativas de gestão territorial, a começar pelo fato de que a gestão não pode se efetuar em áreas isoladas, porque o debate e a participação são seus ingredientes básicos. É lícito registrar a importância que tem o Estado na urbanização regional, seja pela massa de servidores públicos, seja pela transferência de recursos e pelo controle das terras, o que indica a necessidade de articulação entre diferentes níveis de governo e a necessidade de participação da sociedade civil. (BECKER, 2005, p. 426).

A dimensão política e a gestão desses espaços se apresenta como um elemento-chave para a solução dos problemas socioambientais que neles se fazem presentes. Iniciativas que vislumbrem a adoção de políticas públicas eficazes devem ser executadas a fim favorecer o ordenamento das cidades. É necessário a articulação entre os diferentes atores políticos em suas distintas escalas com a sociedade com vistas de favorecer a construção de uma agenda política que priorize e favoreça a difusão de ações de planejamento, objetivando a construção da qualidade de vida nessas cidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias apresentadas neste artigo objetivaram refletir e compreender acerca das singularidades do recente processo de urbanização difundido na Amazônia brasileira e os seus desdobramentos e implicações no processo de produção do espaço urbano de Imperatriz.

Neste trajeto analítico, priorizamos de início, a realização de uma interpretação do processo de reestruturação regional, através das estratégias de ocupação e povoamento que se propagaram a partir dos anos de 1950 no cenário regional amazônico.

No bojo dessas estratégias tiveram expressivos destaques: a difusão dos projetos de colonização, os projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e energéticos, que acarretaram em profundas alterações nesta macro-região. O Estado e o capital assumiram as rédeas desse processo, planejando e executando ações que objetivaram a sua modernização.

De um lado são notórias as transformações econômicas, ambientais, demográficas e culturais presentes na região em face das ações guiadas pelos governos militares, através dos projetos e programas implantados entre as décadas de 1960-1980. Do outro, é evidente a degradação socioambiental e os conflitos sociais gerados. Trata-se de um padrão de ocupação territorial célere e desordenado onde as cidades têm ocupado lugar de relevo, uma vez que se apresentaram como aptas a acolher em curto espaço de tempo inovações.

O caso de Imperatriz exposto neste artigo é elucidativo. Constatamos o célere crescimento demográfico e urbano registrados nesta cidade entre as décadas de 1960-1980. Observamos ainda outras particularidades que são inerentes à urbanização amazônica e que também se projetam para a realidade urbana de Imperatriz, como por exemplo, a íntima relação cidade-campo, expressa por meio do valores socioculturais edificados inicialmente no campo e traspostos para a cidade.

Outro aspecto marcante que também evidenciamos na realidade urbana amazônica que pôde ser notado na dinâmica de Imperatriz diz respeito aos processos de fragmentação territorial e as carências generalizadas na oferta de serviços e equipamentos urbanos. No que se refere ao último elemento, entendemos as referidas carências como um problema social e ambiental crônico que tem exigido da sociedade e das gestões públicas ações eficazes, com vista de dirimi-los e contribuir para a construção de espaços saudáveis, possibilitando melhor qualidade de vida aos cidadãos.

Estas evidências, ou seja, as características apontadas colocam em relevo a necessidade de refletirmos sobre os papéis das gestões públicas no gerenciamento e organização desses espaços, uma vez que os problemas sociais e ambientais presentes nas cidades amazônicas, onde se inclui a cidade de Imperatriz, são cada vez mais latentes e crônicos, exigindo dos agentes políticos e sociais o desenvolvimento de ações que promovam a equidade e o ordenamento desses espaços.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO MARANHÃO. **Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico**. Laboratório de Geoprocessamento. UEMA, São Luís: GEPLAN, 2000.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Indicadores socioeconômicos do Brasil, 2013.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Jorge Zahar editores: Rio de Janeiro, 1982.

BECKER, Bertha K. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, Bertha K. MIRANDA, Mariana; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 1-15.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1991.

BECKER, Bertha K. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: GONÇALVES, M. F; GALVÃO, Antônio. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: ANPUR, 2003. p. 651-656.

BECKER, Bertha K. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Brasil, século XXI – por uma nova regionalização**: processos, escalas e agentes. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 32-35.

BECKER, Bertha K. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio C; LEMOS, Mauro Borges. (Organizadores). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 401-428.

BECKER, Bertha K. Legado histórico e mudanças estruturais em fins de século XX. In: BECKER, Bertha K. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 23-31.

BECKER, Bertha K. **A urbe amazônida**. A floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Atlas, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-57.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, 1957. 1 CD-ROM.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censos Demográficos: (1950-2010). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/> Acesso em: 03/06/2015.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: Série (2010-2014)**. São Luís, 2015.

LIMA, Rosirene Martins. **O rural no urbano?** Uma análise do processo de produção do espaço de Imperatriz-MA. Imperatriz: Ética, 2008.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. Hucitec: São Paulo, 1998.

MARTINS, José de Sousa. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2a. edição. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **A complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Janeiro, 1998.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A produção do espaço urbano: abordagens e métodos de análise. In: OLIVEIRA, Floriano Godinho de; et. al. (Organizadores). **Geografia urbana: ciência e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 67-83.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. In: **Revista Formação**. Programa Pós-graduação em Geografia. Presidente Prudente, n. 6, 1999. p. 55-64.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs.) **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-86.

SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade**: A dinâmica sócioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Estudos Socioambientais/Universidade Federal de Goiás, 2005.

SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade**: A dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

SOUSA, Jailson de Macedo. **Centralidades urbano-regionais na Amazônia Oriental**: uma interpretação através da dinâmica funcional de Imperatriz (MA) e Marabá (PA). In: XII SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana: Belo Horizonte, 2011. Anais... CD ROM.

SOUSA, Jailson de Macedo. ALMEIDA, Fernando F. de. **Efeitos socioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental**: reflexões a partir das representações sociais de populações atingidas pela UHE/Estreito. *Anais*. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SOUSA, Jailson de Macedo. DIAS FILHO, Humberto Soares. **Efeitos socioespaciais de grandes projetos no sudoeste maranhense**: uma análise a partir da empresa Algar no município de Porto Franco. *Anais*. XXI Encontro nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SOUSA, Jailson de Macedo. REIS, Walison da Silva. **Os efeitos socioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental**: uma reflexão a partir da siderurgia no município de Açailândia. Uberlândia/MG. *Anais*. XXI Encontro nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SOUSA, Jailson de Macedo. As formas atuais da urbanização amazônica e seus reflexos na produção do espaço urbano de Imperatriz. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, 2013.

SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense**: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia/Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015. 558 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média**. Presidente Prudente: São Paulo, 2001. p. 235-253.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et. al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Organizadora). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. Faces da urbanização na fronteira: a dinâmica metropolitana de Belém no contexto da urbanização amazônica. In: **Experimental.**, n. 4/5, p. 71-89, setembro, 1998.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. Saint-Clair Cordeiro da. Estado e gestão do espaço urbano na Amazônia: experiências das cidades-empresas. In: CARLOS; Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês. (Orgs.) **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. In: XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional – ANPUR: Rio de Janeiro, 2011.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia: Rio de Janeiro, 1967.

Trabalho enviado em 13/05/2017

Trabalho aceito em 16/09/2017